



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

DECRETO N.º 4.044 - 09/06/2014

Abre crédito suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 2.615 de 27/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à dotação especificada neste Decreto, de acordo com o valor e a unidade orçamentária nele indicado, o seguinte crédito suplementar:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.06.12.361.3612.045.3390.30	R\$ 1.600,00
02.06.12.122.1224.016.4490.52	R\$ 1.268,26
Soma	R\$ 2.828,26

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02.08.15.451.4512.078.3390.30	R\$ 3.000,00
-------------------------------------	--------------

FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.10.08.243.2449.206.3390.30	R\$ 300,00
-------------------------------------	------------

TOTAL	R\$ 6.168,20
--------------------	---------------------

Art. 2º - Constitui recurso à abertura do crédito mencionado neste Decreto, a redução de dotação conforme abaixo indicada, na forma do disposto na Lei Complementar nº 101/2000:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02.08.10.243.2449.206.3390.30.....	R\$ 6.168,26
------------------------------------	--------------

TOTAL	R\$ 6.168,26
--------------------	---------------------

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 09 de Junho de 2014.


ROBERTO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

CERTIDÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, certifica, para efeito do que determina a Lei Complementar nº 101, que:

A) A suplementação prevista no Decreto nº 4.044 de 09/06/2014 está de acordo com o que determina a Lei nº 2.615/2014

B) Não houve expansão da despesa pública, não havendo aumento do orçamento aprovado para o exercício.

C) A suplementação prevista no Decreto não provocou aumento de despesa pública e que tem adequação orçamentária e financeira.

Por ser verdade, firmo a presente.

Arcos, 09 de Junho de 2014

ROBERTO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal